

COMUNICADO

de

**Prensa sobre Estado de Direito
da América Latina**

**2 de novembro de 2006
San José, Costa Rica**

Divulgado pela *Economic Freedom of the World Network*

O fato de não se implementarem reformas baseadas no mercado e não se respeitar o estado de direito resultou na perda de uma década na maioria das nações latino-americanas, afirmou a Economic Freedom of the World Network (Rede Mundial pela Liberdade Econômica) em uma declaração divulgada antes das reuniões mundiais realizadas em San José, na Costa Rica.

Para melhorar verdadeiramente os padrões de vida e aliviar o sofrimento dos cidadãos mais pobres, as nações latino-americanas devem empreender uma reforma verdadeira para estabelecer o estado de direito, em vez da abordagem fracassada de reforma que caracterizou a região no passado.

A Economic Freedom of the World Network consiste em organizações independentes de pesquisa sociais e econômicas de 72 nações sob a coordenação do Fraser Institute, do Canadá. A rede publica o boletim *Economic Freedom of the World Annual Report*, que é reconhecido mundialmente como avaliador de boas instituições.

A década perdida da América Latina

A pesquisa da rede desfaz, de modo conclusivo, o mito de que a América Latina empreendeu reformas de mercado e que estas reformas de mercado não produziram resultados na região. Em vez disso, a pesquisa mostra que a região não empreendeu nenhum esforço duradouro de reforma e, o que é mais perigoso, não conseguiu estabelecer o estado de direito. Na primeira metade da década de 1990, foram realizadas reformas limitadas e demasiadamente restritas, que duraram muito pouco para que surtisserem efeito.

Desde 1995, a América Latina apresenta um recorde negativo em todas as áreas fundamentais de reforma do mercado:

- tamanho do governo;
- estado de direito e direitos de propriedade;
- segurança da moeda;
- liberdade do comércio; e
- regulamentação.

A única exceção é na área de segurança da moeda.

Êxitos e fracassos por país

O Chile foi a única nação na região que conseguiu estabelecer um nível alto de coerência com o estado de direito e adoção de reformas abrangentes de mercado. Conseqüentemente, continua a ultrapassar todas as outras nações latino-americanas com um aumento econômico real per capita de quase 25% entre 1995 e 2004, em comparação à média da América Latina de pouco mais de 10%.

A Venezuela se encontra no outro extremo, classificada como uma das nações menos livres do mundo desde 1995. Hoje, a Venezuela possui o nível mais baixo de liberdade econômica na América Latina e o quinto mais baixo em todo o mundo. Apesar de uma grande riqueza petrolífera, a falta de uma economia de mercado privou o povo da Venezuela da prosperidade que deveriam usufruir. O PIB per capita na Venezuela foi menor em 2004 do que em 1995 e o governo atual parece determinado a privar o povo da Venezuela do seu direito natural e mantê-lo na pobreza.

O Brasil, o maior país da região, apresenta um desempenho medíocre de liberdade econômica pelos padrões latino-americanos e um desempenho muito ruim se comparado aos padrões mundiais. Apresenta um desempenho ligeiramente melhor do que a média da América Latina em termos de estado de direito, com um escore de 4,2 de um total de 10, sendo que a média da América Latina é 4. O escore do Brasil em termos de estado de direito caiu 1,6 pontos desde 1995, uma queda pior do que o declínio médio da América Latina de 1 ponto.

No tocante à liberdade econômica geral, o escore do Brasil é 5,9—ocupando o 88º lugar no ranking de 130 nações no índice total—um resultado pior do que a média latino-americana de 6,4, mas ainda assim representando uma melhora substancial em relação ao escore de 4,4 obtido em 1995. O fraco desempenho do Brasil em termos de liberdade econômica se reflete no crescimento do PIB per capita. O aumento total entre 1995 e 2004 foi de apenas 8,5%, pior do que a média regional.

Vários estudos econômicos mostram que a liberdade econômica é um promotor vigoroso do crescimento. Entretanto, no curto prazo, economias pequenas e dependentes de recursos naturais, como muitas na América Latina, sofrerão um grande impacto em função dos preços destes recursos. Além disso, muitas nações latino-americanas sofreram grandes vicissitudes em termos de política econômica. O Peru, por exemplo, passou do 40º lugar para o 101º nos rankings entre 1990 e 2001.

Não obstante, nações que construíram as economias de mercado mais fortes se saíram consideravelmente melhor do que aquelas onde não houve sustentabilidade das reformas. As nações com os escores de liberdade econômica mais altos na América Latina—Chile, Panamá, El Salvador e Costa Rica—apresentam um PIB per capita médio

19,2% mais alto do que em 1995. Isso representa mais do que cinco vezes o crescimento médio de 3,7% dos quatro piores desempenhos—os da Venezuela, Colômbia, Equador e Guiana.

A região latino-americana

O escore médio de todas as nações latino-americanas faz com que a região ocupe o 65º lugar no ranking de 130 nações no que diz respeito à liberdade econômica, empatando com a Namíbia, Tanzânia e Uganda em 2004, o ano mais recente cujos dados se encontram disponíveis. Pior ainda, a região latino-americana ocupa o 85º lugar em termos de estado de direito, atrás da Rússia, Senegal e Uganda.

Em 1995, apesar de meia década de reformas hesitantes, a América Latina classificou-se em 48º lugar no ranking de 123 nações em termos de liberdade econômica—atrás de Botsuana e da Indonésia, empatando com a Hungria e a Namíbia, entre outros países. A América Latina sempre foi particularmente fraca no que diz respeito a estado de direito. Embora tenha havido algumas melhores na primeira metade da década de 1990, o escore médio da América Latina em 1995 colocava-a em 83º lugar em termos de estado de direito, empatando com Bangladesh.

Liberdade econômica e estado de direito

Douglass North, ganhador do Prêmio Nobel de Economia e pesquisador sênior do Hoover Institution, define o Índice de Liberdade Econômica como a melhor descrição analítica disponível atualmente de mercados eficientes. O índice usa 38 variáveis para avaliar a liberdade econômica em cinco áreas principais: Estado de direito, tamanho do governo, segurança da moeda, liberdade do comércio e regulamentação. A liberdade econômica essencialmente descreve as políticas e instituições que contribuem para a criação de sociedades mais livres e mais prósperas.

Ao longo da história, somente economias baseadas no mercado melhoraram continuamente as vidas dos seus cidadãos. Antes do estabelecimento das economias de mercado modernas, a grande maioria da população tinha uma expectativa de vida curta e vivia em condições insalubres, numa pobreza abjeta. Isso continua a ser o caso no mundo moderno em nações que não conseguiram estabelecer sistemas de mercado com um bom funcionamento. Infelizmente, muitas dessas nações estão na América Latina. A despeito dos benefícios óbvios das economias de mercado, interesses especiais e ideológicos continuam a frustrar e reverter reformas na América Latina.

O estado de direito é a infra-estrutura da economia de mercado e um número alto de nações na América Latina não possui a infra-estrutura jurídica necessária para o êxito.

- As pessoas não podem fazer empréstimos para investir, prosperar e criar novos empregos se não tiverem direitos jurídicos de propriedade.
- Os negócios bem-sucedidos são alvo dos que detêm poder político na ausência do estado de direito.
- Aqueles que não têm conexões políticas não conseguem prevalecer em contratos, forçando os negócios a depender de vendas e pagamentos imediatos, deprimindo a economia.

Apenas Belize, Costa Rica e Colômbia obtiveram avanço em termos de estado de direito entre 1995 e 2004, embora a Colômbia tenha começado o período com um escore muito baixo e continue a apresentar um desempenho inferior ao da média latino-americana. Belize, Costa Rica e Chile ocupam os três primeiros lugares no tocante a estado de direito na América Latina.

Em média, as nações latino-americanas sofreram um retrocesso no estado de direito desde 1995. Paraguai, Bolívia, Venezuela, Equador e Honduras possuem um escore bastante ruim, de mais do que o dobro do declínio médio do índice de estado de direito da América Latina. Os cinco também ocupam os últimos lugares no escore de estado de direito, com exceção da Bolívia, que ocupa o sexto lugar mais baixo. O outro membro dos cinco mais baixos é a Nicarágua.

Existem várias áreas fundamentais para serem reformadas sob o estado de direito:

- *Independência do poder judiciário*: Neste quesito, a América Latina obteve uma pontuação de 2,8 de um total de 10, onde 10 indica o nível mais alto de liberdade econômica. Isso a coloca em 80º lugar no ranking de 109 nações cujos dados estão disponíveis para esse índice. Isto representa uma queda de 1,4 pontos neste escore desde 1995.
- *Tribunais imparciais*: Neste quesito, a América Latina obteve 3,2 pontos de um total de 10, o que corresponde ao 95º lugar entre as 130 nações no índice. Isto representa uma queda de 1,6 pontos neste escore desde 1995.
- *Proteção da propriedade intelectual*: Neste quesito, a América Latina obteve 3,1 pontos de um total de 10, o que corresponde ao 80º lugar no ranking de 109 nações cujos dados estão disponíveis para esse índice. Isto representa uma queda de 1,5 pontos neste escore desde 1995.
- *Interferência militar*: Neste quesito, a América Latina obteve 5,8 pontos de um total de 10, o que corresponde ao 81º lugar no ranking de 129 nações cujos dados estão

disponíveis para esse índice. Este é o único quesito em que a América Latina não apresentou piora desde 1995.

- *Integridade do sistema jurídico*: Neste quesito, a América Latina obteve 4,5 pontos de um total de 10, o que corresponde ao 87º lugar no ranking de 122 nações cujos dados estão disponíveis para esse índice. Isto representa uma queda de 1,1 pontos neste escore desde 1995.

Embora não haja soluções simples e imediatas para o estabelecimento do estado de direito, os governos da América Latina e os povos da região devem fazer disso a prioridade mais alta para construir uma sociedade próspera e acabar com a pobreza.

Os *Economic Freedom of the World Annual Reports* podem ser obtidos por download, gratuitamente, em www.freetheworld.com.